

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS -
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCSO

Gabriella Moraes Pedroso

A Democracia brasileira está ameaçada?

avaliação dos níveis de adesão à democracia entre os brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
São Carlos como exigência para a
conclusão do curso de Ciências Sociais.

Orientador: Gabriel Avila Casalecchi

SÃO CARLOS

2023

**ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

1º semestre 2023

Listas de Conceito I monografia 2022-2 e Listas 2023-1

Prazo para apresentação TCC: 31 de agosto/2023

AVALIAÇÃO

Sendo avaliada a Monografia por parecer (sem apresentação), além da ata assinada, deverá ser anexado o parecer ou mencionar na ata – avaliação por parecer

ALUNO - RA

Banca Examinadora:

Prof. Dr. (Orientador) _____

Docente do Departamento de/CECH/UFSCar

..... (professor convidado do curso ou de outro depto; ou aluno de doutorado ou docente de outra instituição) _____

Título:

“.....”

Data: de de

Média Final: _____ ()

Observação: _____

Scary news is: you're on your own now.

Cool news is: you're on your own now.

Taylor Swift, 2022

Agradecimentos

Antes de agradecer a todos que fizeram parte deste processo comigo, gostaria de agradecer a mim mesma. Obrigada por toda a dedicação, força e maturidade que adquiriu durante todos esses anos. Obrigada por ter superado todos os desafios que aquela menina de 18 anos recém-chegada em São Carlos enfrentou.

Gostaria de agradecer aos meus pais por tudo o que eles sacrificaram por mim e pela minha irmã para que a gente conseguisse ter acesso às melhores escolas, e principalmente à minha mãe, que dedicou metade de sua vida pelas suas filhas.

Obrigada à minha irmã Anna que teve papel fundamental na minha vida acadêmica e sempre foi meu maior exemplo.

Obrigada à professora Adriane pelas aulas de Sociologia que me fizeram ter vontade de cursar ciências sociais. Obrigada a Vera Cepeda que me fez me apaixonar pela ciência política e obrigada Gabriel por ter sido um professor tão atencioso na graduação e por me ajudar a concluir esse curso.

Gostaria também de agradecer ao Matheus, meu amor e meu maior apoio durante toda essa caminhada.

Por fim, obrigada à minha bisavó Aracy que, mesmo não estando mais aqui, tenho certeza que está me guiando de longe.

Resumo

Este trabalho busca analisar a adesão à democracia no Brasil e avaliar a hipótese de “A democracia brasileira está ameaçada?”. Para isso são usados os dados do Barômetro das Américas de 2002 a 2019, e dados do Variedades de Democracia no Brasil (V-Dem). Ao final, busca-se analisar como a qualidade da democracia e a cultura política estão relacionados à adesão à democracia a este sistema de governo. Esta pesquisa se torna útil ao contribuir para a reflexão atual sobre a democracia e as ações antidemocráticas que ameaçam sua existência.

Palavras-chave: Ciência Política. Democracia. Adesão à democracia.

Abstract

This work seeks to analyze adherence to democracy in Brazil and evaluate the hypothesis “Is Brazilian democracy threatened?”. For this, data from the Barômetro das Américas from 2002 to 2019 and data from Variedades da Democracia no Brasil (V- Dem). Finally, it is analyzed how the quality of democracy and the political culture influence adherence to this system of government. This research becomes useful when contributing to the current reflection on democracy and anti-democratic actions that threaten its existence.

Key-words: Political Science. Democracy. Adherence to democracy.

SUMÁRIO

	Introdução: Percurso Inicial	8
1.	A democracia no Brasil	9
	1.1 <i>A insatisfação com a democracia e o Lapop</i>	9
	1.2 <i>A visão multidimensional da democracia e o V-DEM</i>	11
	1.3 <i>Contexto Histórico da democracia no Brasil</i>	13
2.	Adesão à democracia no Brasil	21
	2.1 <i>As novas democracias</i>	21
	2.2 <i>Os democratas brasileiros</i>	24
3.	Determinantes para a adesão à democracia no Brasil.	29
	3.1 <i>Conceitos de democracia</i>	29
	3.2. <i>Cultura política</i>	30
	3.3 <i>A sobrevivência dos traços autoritários</i>	31
4.	Considerações finais	35
	Referências bibliográficas	36

Introdução: Percurso inicial

É importante traçar um breve percurso do início desta pesquisa, mostrando os caminhos para responder à pergunta: a democracia brasileira está ameaçada? Ela teve início na ideia de analisar a sociedade brasileira, em especial os democratas, para analisar se a adesão às dimensões e pilares da democracia no Brasil ainda são muito frágeis (MOISÉS, 1995; 2008) e como isso afeta diretamente a consolidação do regime democrático no país.

Para isso, um dos primeiros contatos que levaram à elaboração deste projeto foi a pesquisa do Barômetro das Américas/LAPOP (LATINO BARÓMETRO, 2018), um survey sobre a democracia no Brasil e na América Latina, adotado ao longo da pesquisa.

Ainda na primeira seção, observa-se como o contexto histórico da política no Brasil tem grande influência sobre a ameaça que afeta a democracia hoje. Além disso, os surveys realizados pelo Lapop vão mostrar não só a insatisfação da população com as instituições democráticas, mas também a falta de confiança com as instituições políticas - fator que, ao longo do texto, vai se provar crucial para responder à questão norteadora desta pesquisa.

Ademais, a partir de referências teóricas da área (MOISÉS, 1995, 2008, MOISÉS E CARNEIRO, 2010; FUKS, CASALECCHI, GONÇALVES e DAVID, 2016; FUKS, CASALECCHI e RIBEIRO, 2018), pude obter um aporte teórico fundamental para defender que, existem atitudes contraditórias entre os democratas, ou seja, as pessoas se dizem democratas, mas, quando são confrontadas com perguntas relacionadas aos princípios da democracia, como participação e a tolerância política, demonstram-se avessas ou reativas.

A monografia está dividida em três capítulos. O primeiro discute teoricamente sobre a democracia e a democracia no Brasil, principalmente como é possível mensurar esse conceito para aplicá-lo em pesquisas empíricas. O segundo capítulo realiza um diagnóstico da democracia no Brasil, sob a perspectiva da cultura política, ou seja, até que ponto os princípios democráticos foram incorporados nos cidadãos e qual avaliação que estes fazem sobre as instituições democráticas. Por fim, o último capítulo propõe uma reflexão sobre o conjunto de dados, visando responder se a democracia brasileira está, de fato, ameaçada. Por fim, a conclusão fecha a monografia, apontando limitações e agendas futuras de pesquisa.

CAPÍTULO 1 - A DEMOCRACIA NO BRASIL

1.1. A insatisfação com a democracia e o Lapop

Até 2013 havia um diagnóstico na ciência política, ao menos do ponto de vista institucional, de que a democracia brasileira estaria consolidada e funcionando em conformidade com outras democracias desenvolvidas no mundo (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1999; MELO e CÂMARA, 2006), porém, ao olhar para os dados das pesquisas mais recentes realizada pelo Barômetro das Américas (BAROMETRO DAS AMÉRICAS, 2020), podemos notar que 58% dos entrevistados estão insatisfeitos com a democracia.

O Barômetro das Américas um survey aplicado pelo Latin American Publica Opinion Project (LAPOP), sediado na Vanderbilt University e tem como objetivo principal avaliar a percepção dos cidadãos sobre temas pertinentes à ciência política, como governo, eleições, confiança nas instituições, legitimidade e participação política. Ele é aplicado periodicamente em mais de 30 países das Américas e do Caribe. Essas pesquisas fornecem dados valiosos sobre a opinião pública e as tendências políticas na região.

O relatório de 2019 foi realizado entre Janeiro e Março com a parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Brasil. Essa pesquisa mostrou que, além de 58% dos entrevistados estarem insatisfeitos com a democracia, 35% são favoráveis a um golpe militar “em um cenário de muita corrupção”. Além disso, 38% dos entrevistados acreditam que o presidente deveria ter o poder de dissolver o STF (Supremo Tribunal Federal) e governar sem ele em situações de dificuldades enfrentadas pelo país. Em comparação, esse percentual era de apenas 13% em 2012.

De fato, são números preocupantes, ainda mais que, de acordo com os dados do Lapop, o Brasil ocupa a 9ª posição no ranking de respeito às instituições quando comparado a outros países da região, ficando atrás de nações como Nicarágua, México e Guatemala. Fora isso, as Forças Armadas são a instituição que gera maior confiança, alcançando 70% de aprovação. Por outro lado, o Congresso Nacional e os partidos políticos são novamente os mais mal avaliados, com índices de aprovação de apenas 31% e 13%, respectivamente. Por fim, 79% dos entrevistados acreditam que a maioria dos políticos é corrupta e 29% que todos são corruptos.

O Lapop realiza pesquisas na América Latina desde a década de 90 e seus dados confirmam que o apoio à democracia alcançou seu pico no ano de 1997, quando atingiu 63% e se manteve

estável. Porém, em 2010, seu declínio começou a acontecer e chegou a 48% em 2018. Já em países vizinhos, a pesquisa revela que a maior parte da população é a favor da democracia. Argentina com 59%, Uruguai com 61% e Venezuela na sequência com 75%. O Brasil, porém, apresentou um percentual de apenas 34% da população a favor da democracia.

Diferente dos dados de 2018, a pesquisa em 2019 revela que a queda de confiança na política atingiu seu maior percentual. Por outro lado, os dados indicam um aumento na confiança nas instituições em comparação com a pesquisa de 2017, passando de 41% para 51%. Esse é o segundo percentual mais alto desde o início das pesquisas em 2006, sendo o mais alto registrado em 2012, com 66%. Além disso, a satisfação com a democracia cresceu de 22% para 42% entre 2017 e 2019. No entanto, esse nível ainda está distante dos 66% registrados em 2012.

Um aspecto importante da pesquisa do Lapop é o aumento do percentual de pessoas que consideram a democracia como a melhor forma de governo. Em 2017, eram 52%, e, em 2019, esse número subiu para 60%. No entanto, é importante observar que 58% dos entrevistados se declararam insatisfeitos com o funcionamento do sistema democrático.

Esses dados podem ser interpretados de diferentes maneiras. Por um lado, o crescimento do apoio à democracia é positivo e pode ser explicado pelo momento em que a pesquisa foi realizada, quando o governo estava em seus estágios iniciais. Por outro lado, é preocupante o percentual expressivo de insatisfação com o regime democrático e o apoio a golpes militares, especialmente em um contexto de corrupção generalizada.

As pesquisas do Barômetro das Américas indicam um baixo nível de confiança nas instituições, o que pode levar a um enfraquecimento do apoio à democracia e ao aumento da indiferença em relação ao tipo de regime político. Essa questão é crucial, pois a diminuição do apoio ao regime democrático pode abrir espaço para tentativas de soluções autoritárias, descrença e indiferença. Essa é, por exemplo, a conclusão de Norris (1999) ao analisar dados ainda mais amplos do World Value Surveys, em seu livro *Critical Citizen*. No último capítulo, Norris aponta que o grande dilema da cultura política, especialmente para as novas democracias, seria o resultado da insatisfação popular em relação às instituições democráticas. Por um lado, nos países desenvolvidos, essa insatisfação pode resultar em maior pressão por democracia e aperfeiçoamento dos espaços participativos. Ou seja, a insatisfação, por si só, não é necessariamente negativa. Porém, em novas democracias, onde o sistema político e as políticas públicas são mais frágeis, a insatisfação poderia levar à atitudes autoritárias e antissistema.

Dessa forma, é possível notar que o regime, apesar de ser considerado consolidado no país, ainda enfrenta muitos fatores que podem colocá-lo em ameaça. Sendo assim, essa pesquisa tem como objetivo levantar reflexões sobre o impacto desses fatores na cultura política e no processo de construção democrática e responder: a democracia brasileira está ameaçada?

1.2. A visão multidimensional da democracia e o V-DEM

Para responder se a democracia brasileira está ameaçada é preciso, em primeiro lugar, definir de forma precisa o que entendemos como democracia.

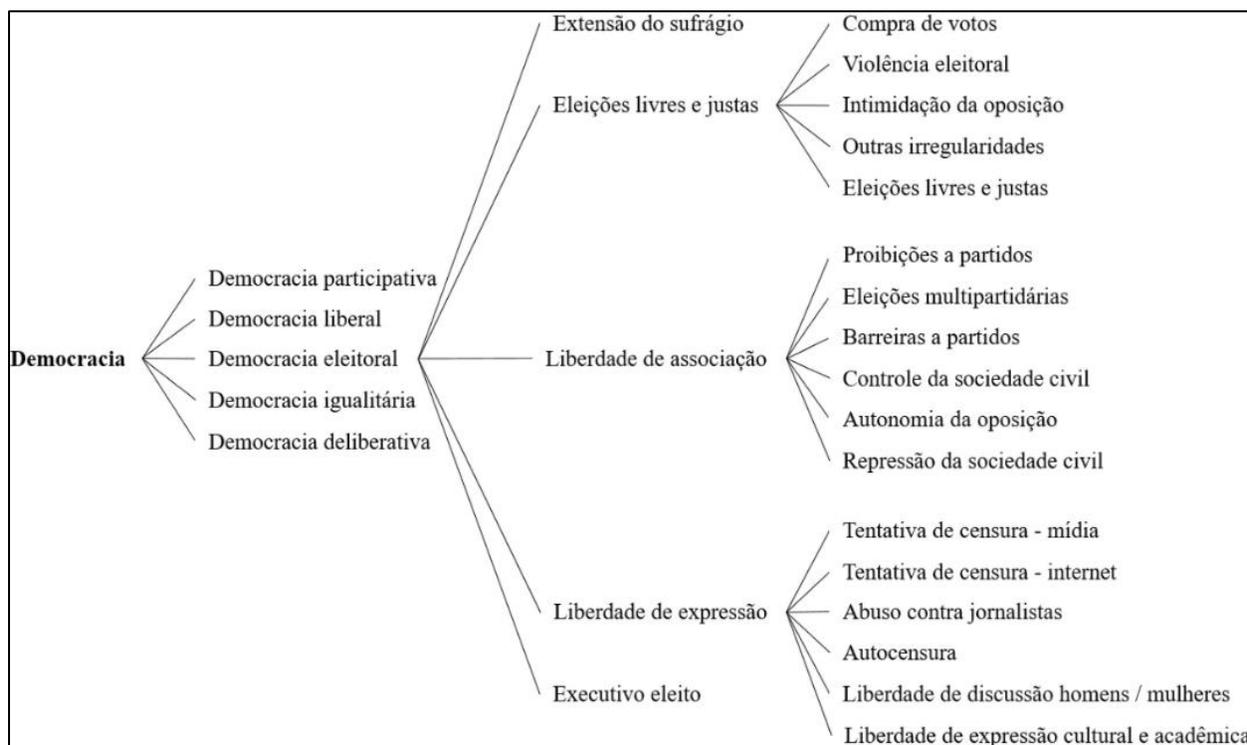
A democracia é um conceito complexo e multidimensional (FUKS, 2016). Além disso, ela é indispensável para a análise política desde a Grécia Antiga (FUKS, 2016). Sendo assim, sua definição possui diversas faces e muitos teóricos focam seus esforços em defini-la por um viés eleitoral. Porém, outros teóricos argumentam que a democracia vai muito além dos limites da competição eleitoral. Para este trabalho, consideraremos o conceito proposto pelos pesquisadores do instituto V-Dem, que adota uma perspectiva multidimensional da democracia:

O V-Dem adota a perspectiva de que para a melhor observação e compreensão das possibilidades de “governo do povo” – uma mínima definição de democracia da qual poucos discordam – é necessária a construção de indicadores abrangentes das possíveis diferentes dimensões do regime, permitindo aos pesquisadores e interessados focar suas análises nas dimensões mais apropriadas para seus objetivos e referenciais teóricos (Coppedge et al., 2011). Por causa disso, o V-Dem oferece indicadores das cinco dimensões dos regimes democráticos discutidos pela literatura especializada: dimensão eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária (BIZARRO, COPPEDGE, 2017)

O V-Dem é um projeto que deriva de pesquisas conhecidas como "surveys". Esses surveys consistem em entrevistas a fim de abordar e definir o tema dos indicadores de democracia. Para a pesquisa mais recente, o projeto, sediado nas universidades de *Notre Dame*, nos Estados Unidos, e Gotemburgo, na Suécia, selecionou mais de 2600 estudiosos de política para responder às perguntas da entrevista. Nessas perguntas, o projeto aborda diferentes dimensões da democracia a fim de demonstrar sua multidimensionalidade e ser capaz de defender suas dimensões.

Atualmente, o diferencial do V-Dem é que eles oferecem uma nova geração de indicadores de democracia. O projeto divide o macro conceito de democracia em cinco dimensões: eleitoral, liberal, participativa, igualitária e deliberativa. Para cada dimensão, existem subdimensões que ajudam a analisá-las de forma mais detalhada como ilustra a figura a seguir:

Figura 1 – Dimensões da Democracia e seus indicadores, V-DEM



Fonte: Bizarro e Coppedge (2017)

A figura abaixo é uma das perguntas feitas aos especialistas que respondem aos surveys, dentre várias outras. Assim, com as respostas obtidas desta pergunta, é possível observar detalhes implícitos que, ao serem agregados, formam indicadores de democracia mais complexos. Neste caso, intimidação governamental é uma subdimensão que está dentro da categoria “eleições livres e justas”, que está dentro do indicador de democracia "Democracia eleitoral". Nota-se que ela consegue abranger um nível de detalhamento grande que, junto com as demais questões, oferece uma visão completa e aprofundada sobre aquela dimensão democrática que está sendo analisada.

O uso do V-Dem traz várias vantagens para a análise da democracia no Brasil, uma vez que ele consegue abranger diferentes perspectivas e possui um olhar sistêmico (BIZARRO e COPPEDGE, 2017; CASALECCHI, 2018). Tendo isso em mente, o projeto se tornou uma ferramenta importantíssima de análise e mensuração para os estudiosos políticos.

Figura 2 – Pergunta do V-Dem aplicada aos especialistas que compõem o survey

Intimidação governamental durante as eleições

Questão: Nesta eleição nacional, os candidatos/partidos/militantes da oposição foram submetidos a repressão, intimidação, violência ou abuso pelo governo, pelo partido do governo ou por seus agentes?

Esclarecimento: Outros tipos de violência civil durante as eleições, mesmo que politicamente motivados, não devem ser considerados quando da resposta desse indicador (serão considerados separadamente em outra pergunta).

Respostas:

0: Sim. A repressão e a intimidação pelo governo ou por seus agentes foi tão intensa que todo o período foi marcado pelo silêncio da oposição.

1: Sim, frequentemente. Houve sistemático, frequente e violento abuso e intimidação da oposição pelo governo ou por seus agentes durante esse período eleitoral.

2: Sim, algum. Houve abusos e intimidação periódicos, não sistemáticos, mas possivelmente coordenados centralmente, da oposição pelo governo ou por seus agentes.

3: Limitado. Houve instâncias de abuso ou intimidação violenta esporádicas da oposição pelo governo ou por seus agentes, em ao menos uma parte do país, e direcionada a apenas uma ou duas unidades locais da oposição.

4: Não. Não houve abuso ou intimidação da oposição pelo governo ou por seus agentes, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição.

Fonte: Bizarro e Coppedge (2017)

1.3. Contexto Histórico da democracia no Brasil

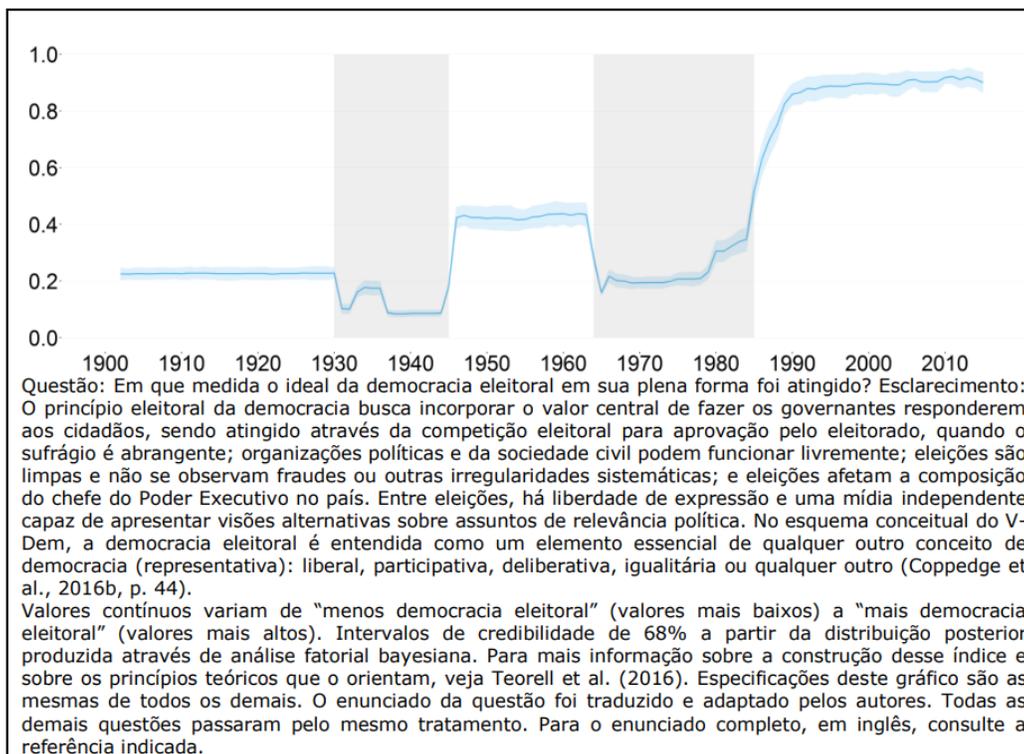
Neste mesmo texto, Bizzarro e Coppedge (2017) tratam do contexto histórico da política no Brasil, um tema muito pertinente para observar a trajetória da democracia em nosso país. Para isso, eles utilizam o conceito clássico de Dahl, que explica como um regime político que se considera democrático deve estar resumido dentro do conceito de poliarquia.

Dahl (1999) define o conceito de poliarquia como formas de regimes reais que tem como pressuposto a garantia da responsividade. Ela é fundamental em uma democracia e só existe quando o governo atende às exigências apontadas pelos cidadãos e estes são tratados como iguais. Para que ocorra essa responsividade, é necessário que o cidadão tenha a oportunidade de participar do governo e que ao mesmo tempo possa contestá-lo de forma pública.

O conceito de democratização também é destaque na obra. Para Dahl, a democratização está atrelada à expansão da liberalização da contestação pública e ao mesmo tempo à inclusão dos cidadãos ao governo. Esses dois elementos constituem a essência do conceito de poliarquia e estão ligados ao fenômeno da democratização. Baseado nesses conceitos, o V-DEM busca trazer informações sobre as características da democracia eleitoral: eleições limpas e decisivas; liberdade

de imprensa; contestação política e mais. Para isso, a figura 3 do artigo mostra a "Evolução do índice de democracia eleitoral" entre os anos de 1900 a 2015.

Figura 3 – Evolução do índice de democracia eleitoral



Fonte: Bizarro e Coppedge (2017)

É importante destacar que os valores do gráfico variam de “menos democracia eleitoral” para “mais democracia eleitoral”, fazendo com que a curva azul oscile de acordo com a “quantidade” de democracia presente naquele período. Assim, podemos observar a evolução no índice de democracia eleitoral no Brasil de 1900 até 2015 e a alternância entre os regimes democráticos e autoritários. É importante ressaltar que ao observar o gráfico é possível notar que logo após um regime autoritário temos um incremento da democracia no Brasil.

Podemos analisar o período da República Velha ou Primeira República - entre 1889 e 1930 - em que o país era governado por militares. Este período foi marcado principalmente pela redução da participação política, além de fatores como o baixo alcance do sufrágio, intimidações, fraudes

eleitorais e a baixa contestação política por conta da "política dos governadores". Sendo assim, ele possui um dos menores índices de democracia eleitoral no gráfico.

Logo após este período, teve início a "Era Vargas", que também possui baixos índices de democracia eleitoral no gráfico. Durante esse regime, o país avançou no plano econômico, desenvolvendo, por exemplo, a sua indústria de base. Porém, as liberdades individuais e políticas básicas foram duramente restringidas. Tal momento foi também marcado pela censura, por prisões, pela tortura, e pela intervenção do Estado na economia. Apesar disso, podemos ver um leve crescimento da democracia nesse período que foi causado pela Constituição de 1934. Além disso, durante esse período, o Brasil envolveu-se com a Segunda Guerra Mundial, o que mudou o panorama político do nosso país. O apoio que o governo tinha das elites políticas e econômicas enfraqueceu, e a posição de Vargas começou a ser questionada. Vargas procurou realizar reformas políticas, mas foi obrigado pelos militares a renunciar ao governo no final de 1945.

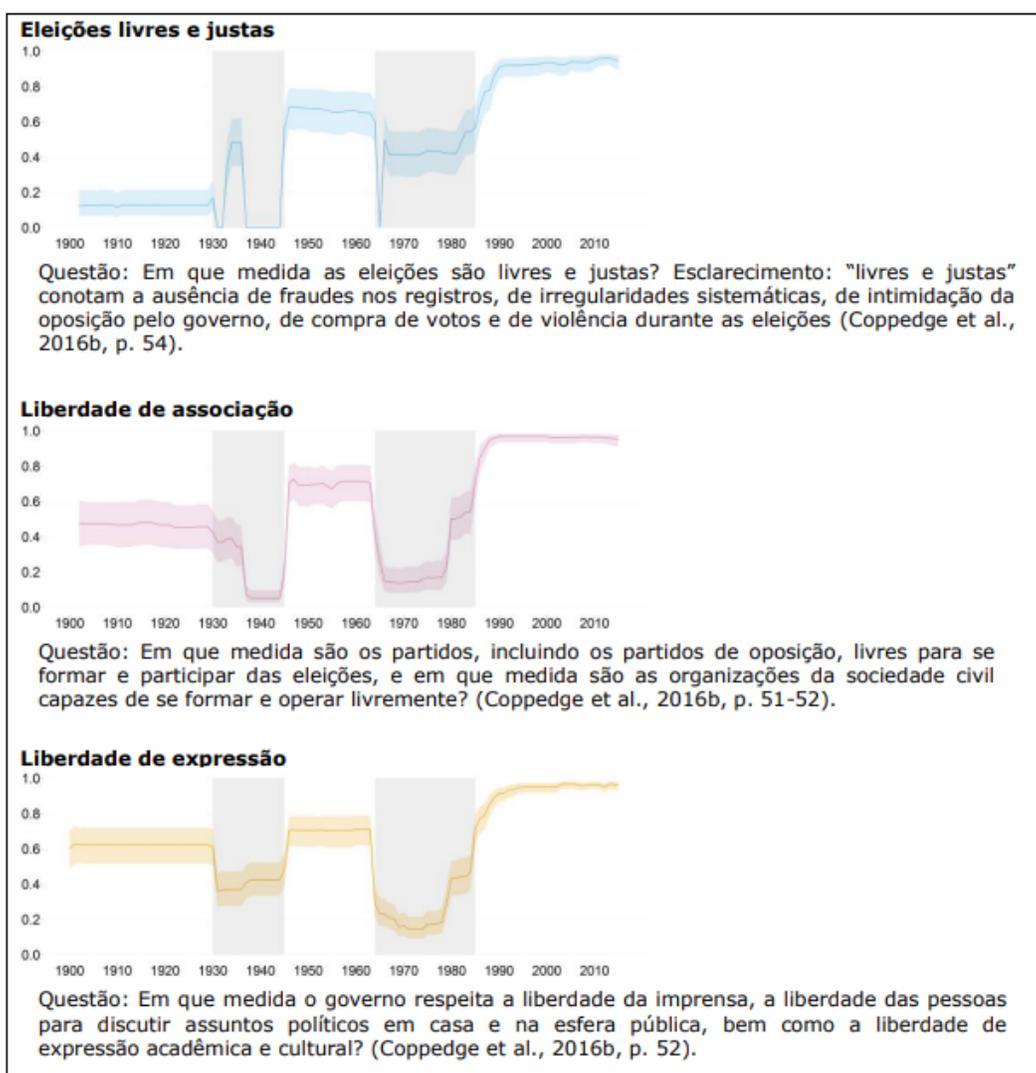
Logo após sua renúncia, podemos notar a retomada da democracia que aconteceu em 1945, com o fim do Estado Novo, como ilustrado no gráfico pelo pico nesta data. Neste período houve grandes índices de poliarquia no país. Foi a primeira vez que o Brasil presenciou uma democracia de massas, o sufrágio foi ampliado para homens e mulheres alfabetizados, e, além disso, nasceu uma mídia nacional não dependente do Estado e vimos a competição política se consolidar.

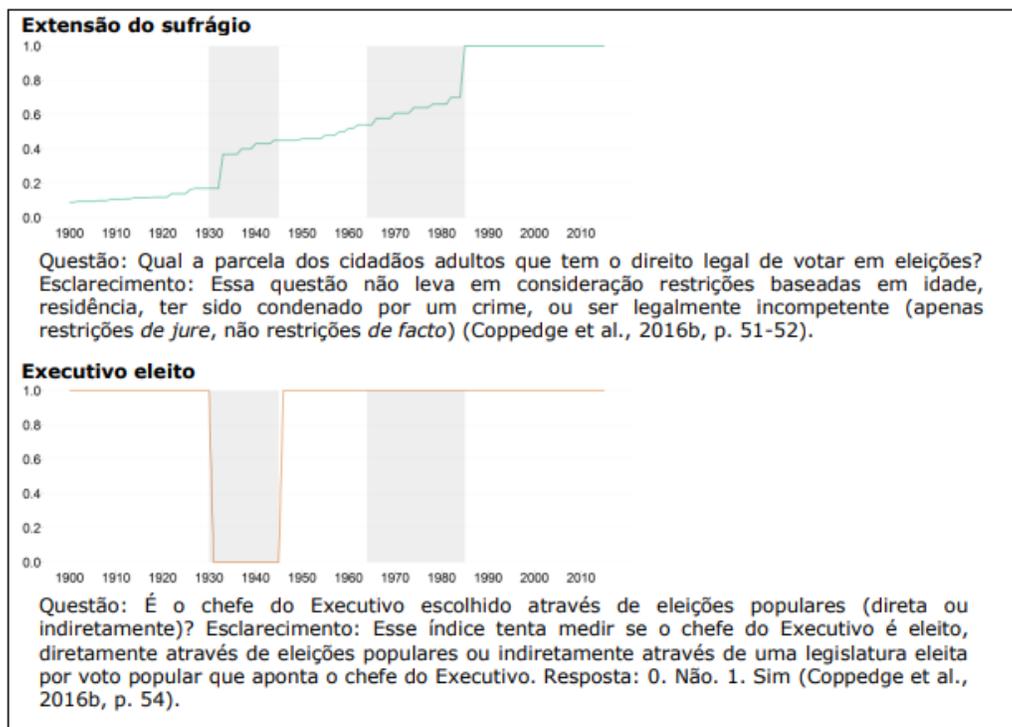
Entretanto, não muito tempo depois, o país foi novamente tomado por uma onda autoritária com o Golpe Militar de 1964, como observado pela depressão no gráfico.

Sendo assim, podemos notar na história da política brasileira que há uma alternância entre regimes democráticos e autoritários. Toda vez que se instaura um regime autoritário, logo após há o crescimento dos níveis de democracia, como observável no gráfico, assim como aconteceu em 1988 com a eleição de Tancredo Neves após o golpe militar. Tancredo faleceu antes de conseguir tomar posse, portanto, Sarney, seu vice, assumiu em seu lugar. Desta forma, Sarney deu início a um novo período democrático e promulgou a nova Carta Constituinte em 1988.

Ademais, na figura 4 podemos observar outros indicadores da democracia eleitoral:

Figura 4 - Evolução dos índices que compõem o índice de democracia eleitoral (1900 - 2015)



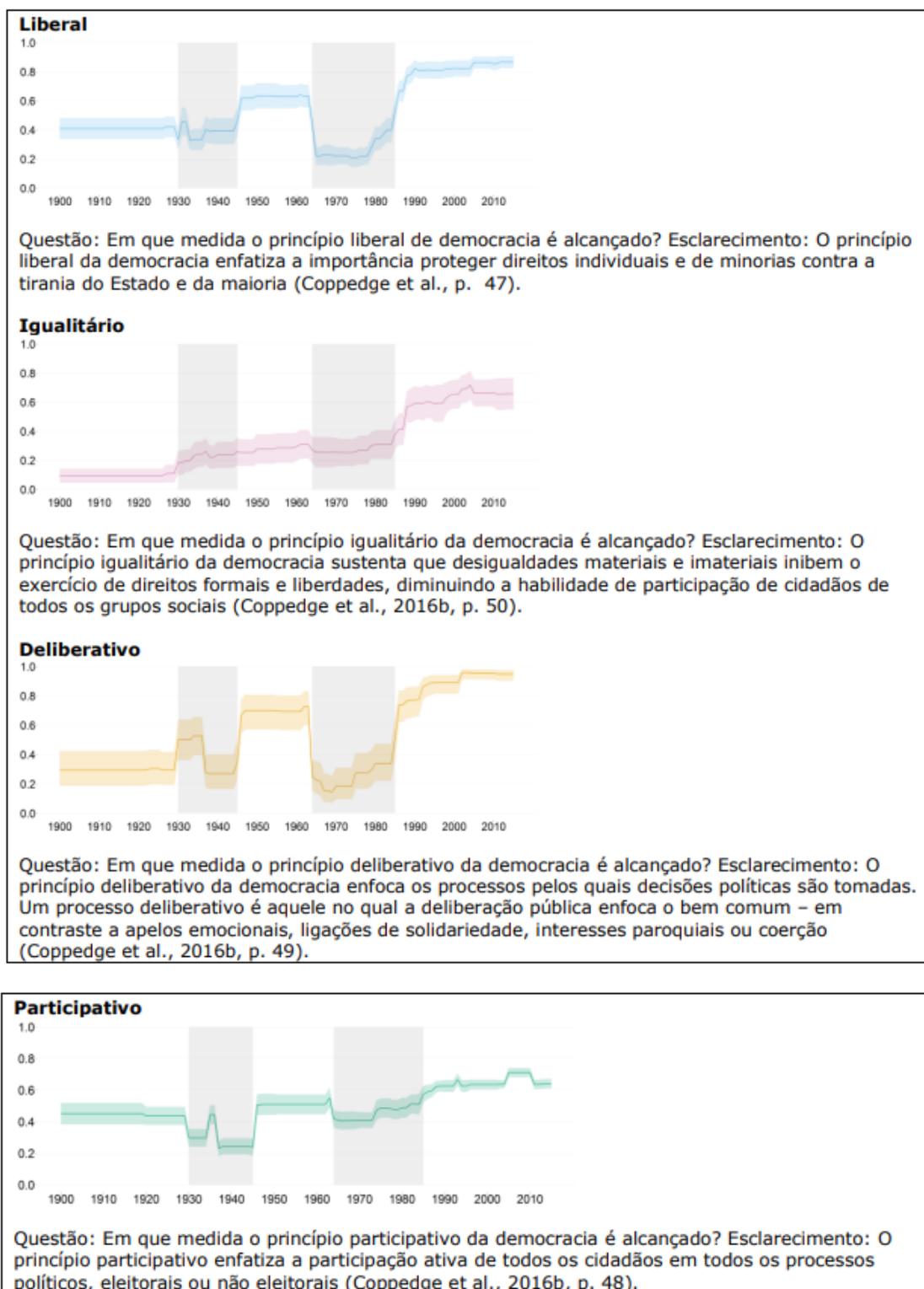


Fonte: Bizarro e Coppedge (2017)

É importante destacar que, mesmo em períodos em que as eleições são consideradas livres e justas, como em 1970, a liberdade de associação e a liberdade de expressão se encontram em um dos seus níveis mais baixos. Isso mostra que, mesmo quando algumas dimensões que indicam o sucesso da democracia estão em seu auge, muitas vezes outras dimensões estão ameaçadas.

Para além da democracia eleitoral, o texto também aborda a democracia participativa, liberal, igualitária e deliberativa. Os gráficos a seguir irão ilustrar elas no Brasil:

Figura 5 - Evolução dos demais componentes da democracia



Fonte: Bizarro e Coppedge (2017)

A figura 5 mostra a magnitude desigual entre as demais dimensões da democracia. Enquanto os componentes eleitoral, deliberativo e liberal observam valores altos tanto em perspectiva comparada, quanto histórica, o componente igualitário apresenta ainda grandes desigualdades sociais e econômicas além do componente participativo, que também se encontra limitado no Brasil. Isso mostra que, apesar dos avanços da democracia no Brasil, o regime ainda se encontra num cenário ambíguo no qual os avanços garantidos ainda coexistem com práticas limitantes à qualidade da democracia no país (MOISÉS, 1995).

Feita essa definição e análise inicial, no próximo capítulo iremos tratar da adesão à democracia no Brasil com ênfase naqueles que se consideram democratas.

Capítulo 2 - Adesão à democracia no Brasil

2.1 As novas democracias

Para avançar na resposta à questão feita na primeira parte deste trabalho, é preciso, agora, avaliar a adesão à democracia no Brasil. Para isso, vou utilizar o texto “Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?” de Mario Fuks, Gabriel Avila Casalecchi, Guilherme Quaresma Gonçalves e Flávia Felizardo David.

Por muito tempo, os estudos sobre esse tema focaram na parcela da população que é antidemocrática, como o estudo feito por Moisés em 2008 que mostra que 54% dos brasileiros são ambivalentes em relação à democracia. Entretanto, a mesma pesquisa deixa de fora os outros 45,4% da população que diz apoiar o regime democrático, mas também apoiam um golpe de governo em casos de problemas econômicos. Sendo assim, esse texto (FUKS et al., 2016) se difere da grande parte dos estudos feitos sobre a adesão à democracia, uma vez que seu foco não são os antidemocráticos e ambivalentes, e sim os democratas.

Os autores usam o Banco de Dados do Barômetro das Américas de 2006 a 2012 para demonstrar que existem diferentes níveis de adesão à democracia. Além disso, o artigo busca tratar da adesão à democracia a partir de uma visão multidimensional e analisa a forma com que os cidadãos comuns se relacionam com o sistema político no Brasil, utilizando de pesquisas que mostram suas atitudes, preferências e valores com a finalidade de responder a pergunta: “quão democráticos são os democratas brasileiros?”.

A partir da visão multidimensional da democracia, os autores demonstraram como os indivíduos, tanto no Brasil, como na América Latina, podem aderir a diferentes princípios desse regime ao invés de aderirem inteiramente a ele.

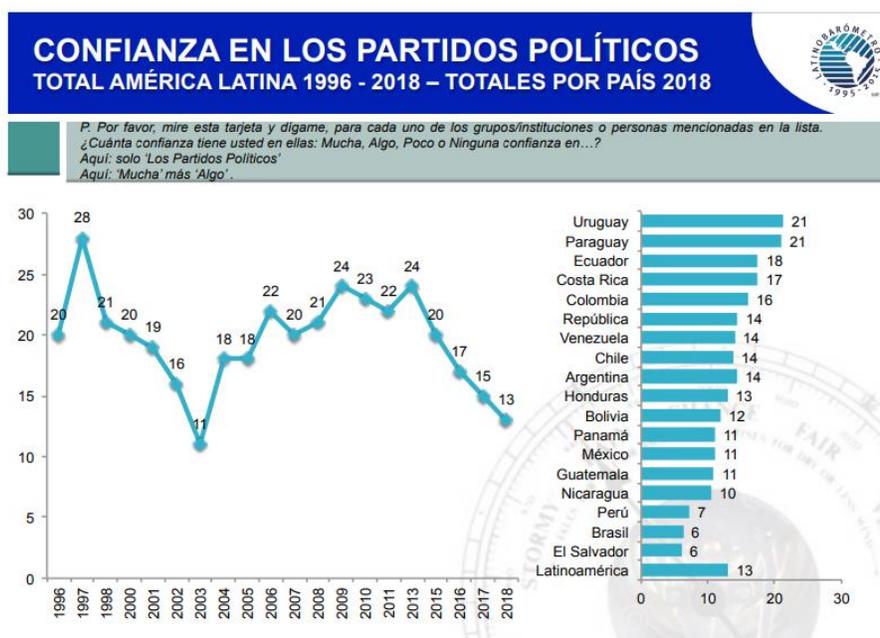
É importante ressaltar que, nas últimas décadas, estudos (FUKS et al., 2016) mostram que cidadãos do mundo todo preferem a democracia como forma de governo, porém, observa-se que as “novas democracias”, ou seja, países que passaram por uma transição política recente, como o Brasil e outros países vizinhos da América Latina, enfrentam certa fragilidade na adesão à democracia. Diferente das antigas democracias que passaram por um processo longo de formação, os novos regimes enfrentam problemas como a reestruturação do Estado frente a instabilidades econômicas, políticas e sociais. Fora isso, muitas vezes também enfrentam pressão por parte da

população que enxerga a democracia como a única solução desses problemas, que, quando não solucionados, abrem brechas para que tais pessoas defendam outras formas de governo e ações anti-democráticas, colocando em ameaça a democracia. (MISHLER e ROSE, 1999).

Além disso, estudos sobre países africanos mostram que essa região tem percentuais de adesão à democracia tão altos quanto as novas democracias na Europa e América Latina, porém, seu caráter é muito mais “instrumental” do que “intrínseco”. Isso significa que, nesses países, a adesão à democracia depende muito mais da popularidade do governo atual ou do sucesso das políticas econômicas do que a crença na democracia como um valor enraizado na sociedade. Isso mostra mais uma vez como nessas regiões a democracia ainda é muito frágil, mesmo entre aqueles que se dizem democráticos. (BRATTON e MATTHES, 2001).

Ademais, outros autores que concentram seus estudos nessa temática também mostram que, apesar dos brasileiros serem fortes adeptos ao regime democrático, a maioria deles, quando perguntados sobre os partidos políticos, não apresenta atitudes positivas. (MENGUELLO, 2006). Tais atitudes podem ser ilustradas pelo gráfico a seguir que mostra o Brasil como o país que menos confia nos partidos políticos em toda a América Latina, junto com El Salvador:

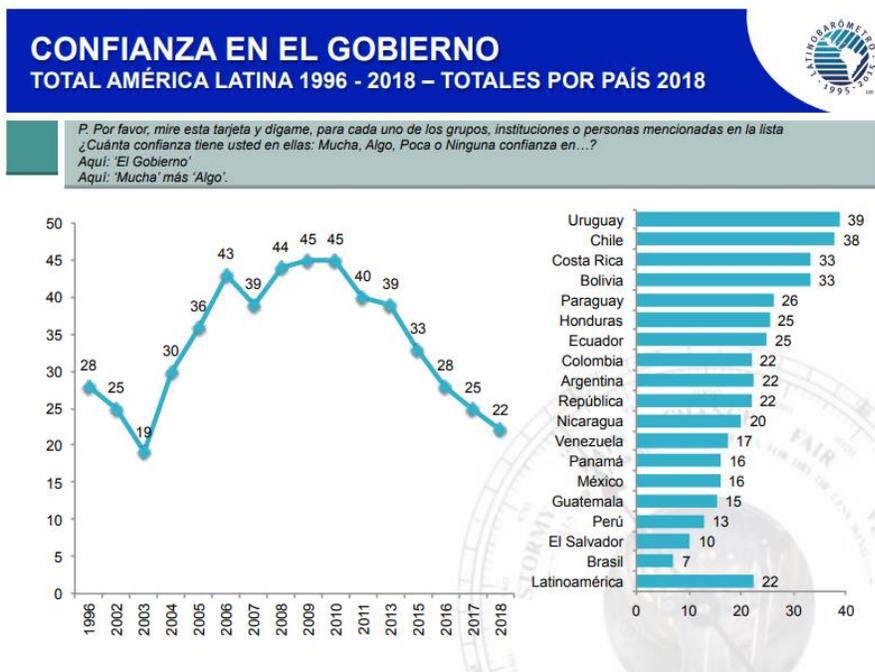
Figura 6



Fonte: Barômetro das Américas 2018.

Além disso, o Brasil também aparece como o país que menos apresenta confiança no governo, segundo os dados do Lapop 2018 apresentados a seguir:

Figura 7



Fonte: Barômetro das Américas 2018.

Na sequência temos El Salvador e Peru, ambos que também sofreram grandes períodos ditatoriais em sua história, mostrando a instabilidade que esses países têm em relação à democracia. Ademais, para mostrar uma comparação com outros países do globo, trago essa tabela retirada do artigo “Desconfiança política na América Latina” de Timothy J. Power e Giselle D. Jamison da Florida International University, Estados Unidos:

Figura 8 - Relação entre confiança social e confiança política, países selecionados, 1995-1997

País	Confiança interpessoal como % da confiança no parlamento
Japão	150.6
Suécia	129.5
Finlândia	125.4
Austrália	100.2
Noruega	95.6
Alemanha	84.7
Estados Unidos	81.8
Espanha	73.3
Rússia	69.3
<i>Venezuela</i>	58.7
<i>Uruguai</i>	53.2
<i>Argentina</i>	50.9
<i>Colômbia</i>	43.5
<i>Chile</i>	40.0
<i>Peru</i>	33.2
<i>Brasil</i>	10.2

Fonte: World Values Surveys, 1995 - 1997 (INGLEHART, 2000)

Ao comparar os países de diversas regiões, como na figura 8, é possível observar que países da América Latina se encontram com o menor índice de confiança no parlamento - uma das instituições políticas - entre 1995 e 1997. Esses dados reforçam o fato histórico de que a maioria das regiões da América Latina passaram por longos regimes autoritários, dos quais ficaram resquícios. O Brasil, por exemplo, passou por 21 anos de regime militar, que se iniciaram no com um golpe de Estado no ano de 1964 - mesmo ano em que a Bolívia iniciou também um regime autoritário - assim como outros países da América Latina, que tiveram regimes similares no mesmo período. Visto isso, podemos colocar que a democracia no Brasil - e em vários outros países da América Latina - é um regime novo, e que, assim, o seu apoio por parte da população ainda é perigosamente instável.

2.2 Os democratas brasileiros

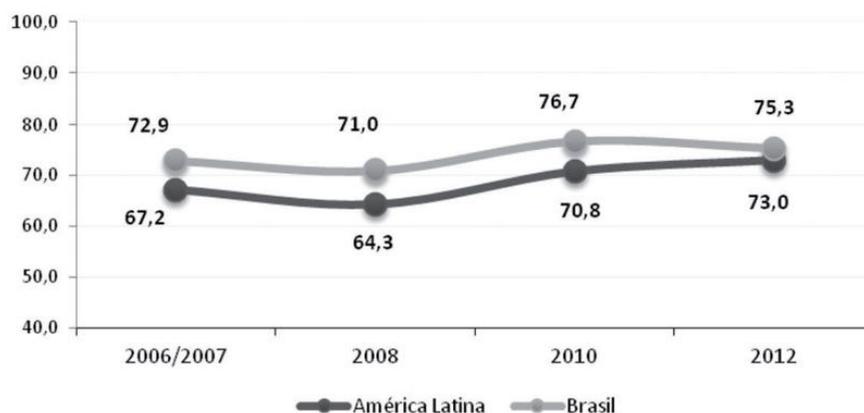
Para além das lentes que focam nas novas democracias, o artigo continua a buscar a resposta à pergunta “Quão democráticos são os democratas brasileiros?”. Para isso, os autores realizaram entrevistas através de uma visão multidimensional da democracia a fim de testar as

seguintes 4 categorias de adesão ao regime: adesão aos procedimentos de escolha, adesão normativa ao voto, adesão ao princípio da participação e adesão ao princípio da representação política.

O primeiro tópico “Adesão aos procedimentos de escolha” irá testar o quanto os indivíduos aceitam outros meios para a escolha de governantes que não sejam somente as eleições livres e competitivas. Para isso, os autores utilizaram perguntas como: “Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o governo?” (FUKS et al., 2016). Vale ressaltar que as respostas a seguir estão focadas apenas na parcela democrata da população.

O gráfico a seguir mostra que, apesar de 75,3% da população rejeitar um golpe militar em casos de desemprego, criminalidade e corrupção, ainda sim temos uma parcela bastante considerável que apoiaria tais atos antidemocráticos.

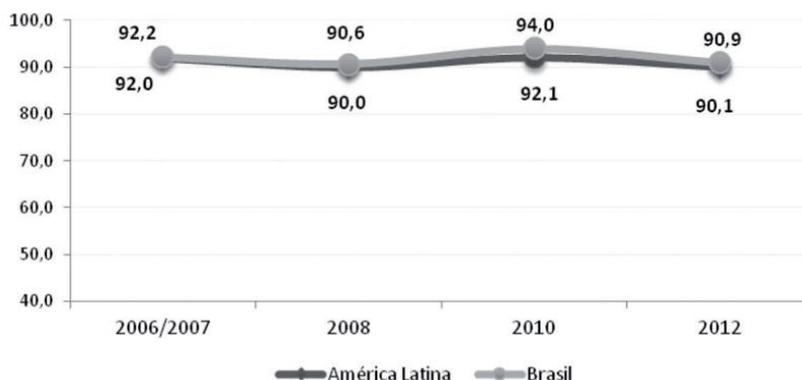
Figura 9 - Média de rejeição a golpe militar por alto desemprego, criminalidade e corrupção



Fonte: Barômetro das Américas 2006, 2008, 2010, 2012.

O segundo tópico vai abordar a “Adesão normativa ao voto”, que está associada ao valor que os indivíduos dão ao seu direito de votar. Para testar essa variável, os autores utilizaram perguntas como “Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?” (FUKS et al., 2016). O gráfico a seguir mostra que essa é uma das variáveis mais aceitas entre os democratas, alcançando uma aprovação de mais de 90%:

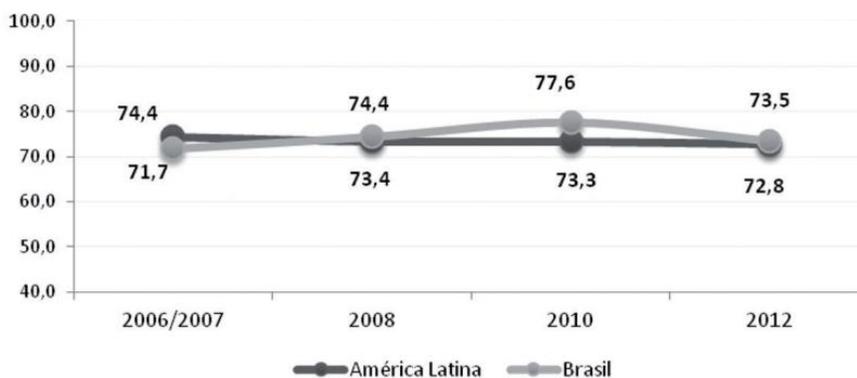
Figura 10 - Percentual de democratas que acham a democracia eleitoral melhor do que um líder forte



Fonte: Barômetro das Américas 2006, 2008, 2010, 2012.

Em “Adesão ao princípio da participação”, os autores buscam validar a importância da participação política entre os democratas, e para isso usam perguntas como: “Quero que me diga o quanto o(a) sr./sra. aprovaria ou desaprovava as seguintes ações: a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?” (FUKS et al., 2016). Assim, eles encontram como resposta que 73,5% dos entrevistados aprovam esse tipo de participação, como é observável no gráfico. Entretanto, assim como a adesão aos procedimentos de escolha, uma parcela significativa dos democratas desaprova esse tipo de prática democrática.

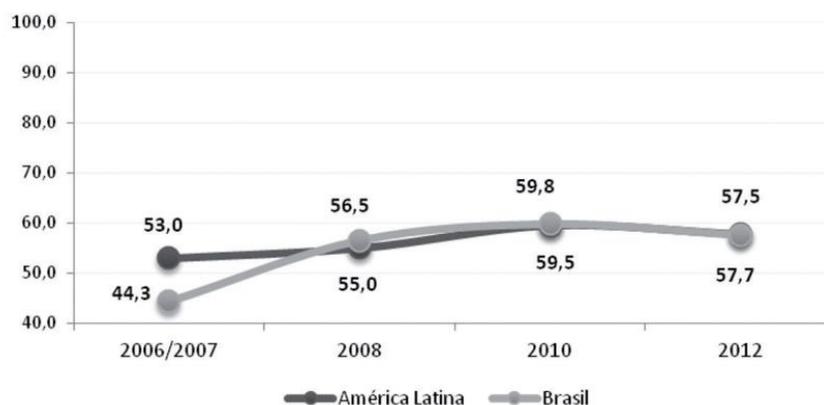
Figura 11 - Média de apoio à participação em manifestações e protestos e em associações e organizações da sociedade civil



Fonte: Barômetro das Américas 2006, 2008, 2010, 2012.

Por último, para medir a “Adesão ao princípio da representação política”, que tem como elemento central o reconhecimento da importância dos partidos políticos, os autores vão questionar os democratas com a seguinte pergunta: “Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?” (FUKS et al., 2016). Como mostra o gráfico a seguir, esse é um dos piores índices de aprovação entre os democratas, chegando a uma aprovação de um pouco mais da metade desses indivíduos:

Figura 12 - Média de discordância de que pode haver uma democracia sem partidos políticos



Fonte: Barômetro das Américas 2006, 2008, 2010, 2012.

Sendo assim, ao compilar as fontes e dados supracitados, é perceptível que há uma inconsistência atitudinal por parte dos democratas brasileiros, uma vez que uma parcela considerável deste grupo estaria disposto a legitimar um governo autoritário em casos específicos, como: desemprego, aumento da taxa de crimes cometidos, corrupção e crises econômicas. Além disso, tanto no Brasil quanto na América Latina como um todo, a população apresenta grande insatisfação com as instituições políticas, apresentando traços ambíguos e inconsistências na adesão ao regime democrático.

O texto finaliza mostrando também que países que têm democracias consolidadas também apresentam inconsistências atitudinais, como no caso dos Estados Unidos, que apesar de ter 96,1% de adesão ao voto, 57,5% apoiam uma democracia sem partidos, provando que a baixa legitimidade da representação política não se dá apenas nas novas democracias.

Sendo assim, apesar de ser uma pergunta difícil de ser respondida, fica claro que ainda estamos olhando para uma sociedade ambivalente em relação à democracia e que ela ainda é muito frágil mesmo entre aqueles que se dizem democráticos, mostrando, mais uma vez, que ela ainda encontra ameaças em nossa sociedade.

Capítulo 3 - Determinantes para a adesão à democracia no Brasil.

3.1 Conceitos de democracia

Para iniciar a discussão sobre a adesão à democracia no Brasil, vou utilizar o texto “Cultura política, instituições e democracia - lições da experiência brasileira” de José Álvaro Moisés (MOISÉS, 2008). Esse texto vai buscar elucidar questões envolta da adesão à democracia no Brasil nos anos seguintes à redemocratização. O autor vai discorrer sobre temas como a cultura política e a sobrevivência de traços autoritários numa sociedade em que a democracia é recente. Para isso, ele realizou surveys em busca de variáveis que provem que a cultura política está diretamente ligada ao desempenho das instituições democráticas no Brasil.

O autor inicia o texto dando um breve contexto do cenário da redemocratização no Brasil e no restante do mundo. Ele mostra que, nas últimas três décadas, a maioria dos Estados no mundo se tornou democrática, seguindo uma terceira onda de democratização. O número de países que fizeram a transição do autoritarismo para a democracia cresceu consideravelmente após a queda do muro de Berlim em 1989 e outros desenvolvimentos na Europa Oriental, Ásia e África. No entanto, a democratização não seguiu um único caminho, e os novos regimes democráticos mostraram-se diversos entre si.

A democratização é um fenômeno complexo, envolvendo a transformação de regimes totalitários ou autoritários em sistemas políticos republicanos, liberais e democráticos. Mesmo após o estabelecimento de eleições, a qualidade das democracias pode variar, com algumas enfrentando limitações importantes, como violações dos princípios de igualdade perante a lei, corrupção e falta de mecanismos de responsabilização dos governos.

Sendo assim, o autor vai discutir sobre os conceitos de democracia mais populares entre os estudiosos do tema: o conceito de democracia para Schumpeter e Dahl. Sobre Schumpeter, o autor irá demonstrar como sua valorização das eleições sob as outras dimensões da democracia criou um ambiente propício para o desenvolvimento de ações não democráticas, como, por exemplo, países que possuem eleições, mas que nem sempre são livres e justas.

Visto isso, tem-se o conceito de democracia de Dahl, que busca sanar essa problemática através de um sistema de poliarquias, nas quais os cidadãos podem participar de todos os processos

políticos com direito de contestação. Essa abordagem garante as liberdades individuais e o direito de organização dos indivíduos, porém, mais uma vez, ela não garante a boa governança, a legalidade e transparência das instituições.

Desta forma, o autor introduz o conceito criado por Rose e Shin (2001), que concluem que, após a 3ª onda da democratização, as “novas democracias” não necessariamente vão se aperfeiçoar ou vão seguir uma evolução linear a ponto de se tornarem sistemas de democracia plena. Sendo assim, o que se coloca em questão aqui e também nas teorias elaboradas por Schumpeter e Dahl não é somente a existência da democracia, mas sim a qualidade desse regime.

Em resumo, a democratização nas últimas décadas levou a um aumento significativo de governos democráticos no mundo, mas a diversidade entre esses regimes demonstra que não existe uma única via para a institucionalização da democracia. A qualidade da democracia pode variar consideravelmente, e a aceitação e participação ativa dos cidadãos são cruciais para o funcionamento adequado do regime democrático.

3.2 Cultura política

Além da qualidade do regime poder influenciar na adesão à democracia, a cultura política - resultado de contextos sociais e culturais - também desempenha um papel fundamental. Sendo assim, o autor desenvolveu, através das teorias de Almond e Verba (1963), como a cultura é capaz de influenciar as decisões dos cidadãos a respeito das instituições democráticas.

Moisés (2008) aborda duas correntes teóricas relacionadas à democratização: a cultura política e as teorias institucionais. A cultura política enfatiza as orientações democráticas dos cidadãos, formadas por processos de socialização e influenciando a estabilidade ou mudança do regime. Esse modelo foi alvo de várias críticas, principalmente devido ao viés determinista, que sugere que a consolidação dos regimes políticos depende de valores condizentes com as instituições. Almond e Verba foram criticados por apontarem os sistemas políticos norte-americano e britânico como ideais, o que não se mostrou válido em diferentes experiências democráticas. Outra objeção importante refere-se à relação entre cultura política e estrutura política, uma vez que a congruência entre elas não foi devidamente esclarecida. Enquanto alguns argumentam que a cultura política é apenas um efeito da estrutura política, outros defendem que

há uma relação de causalidade cruzada entre essas dimensões. No texto, o conceito de cultura política é utilizado com o sentido de que a estrutura e a cultura se influenciam mutuamente.

Ademais, as teorias institucionais avaliam a democracia a partir de dados sobre eleições, competição partidária e o funcionamento dos sistemas políticos. As críticas à cultura política incluem o viés determinista e a falta de especificação da relação entre cultura e estrutura política. As teorias institucionais são questionadas por tratarem as instituições como exógenas ao processo decisório e não considerarem o papel da cultura política. Entretanto, ambas as perspectivas podem influenciar as atitudes dos cidadãos em relação ao regime democrático, formando um terreno complexo e multidimensional de apoio político.

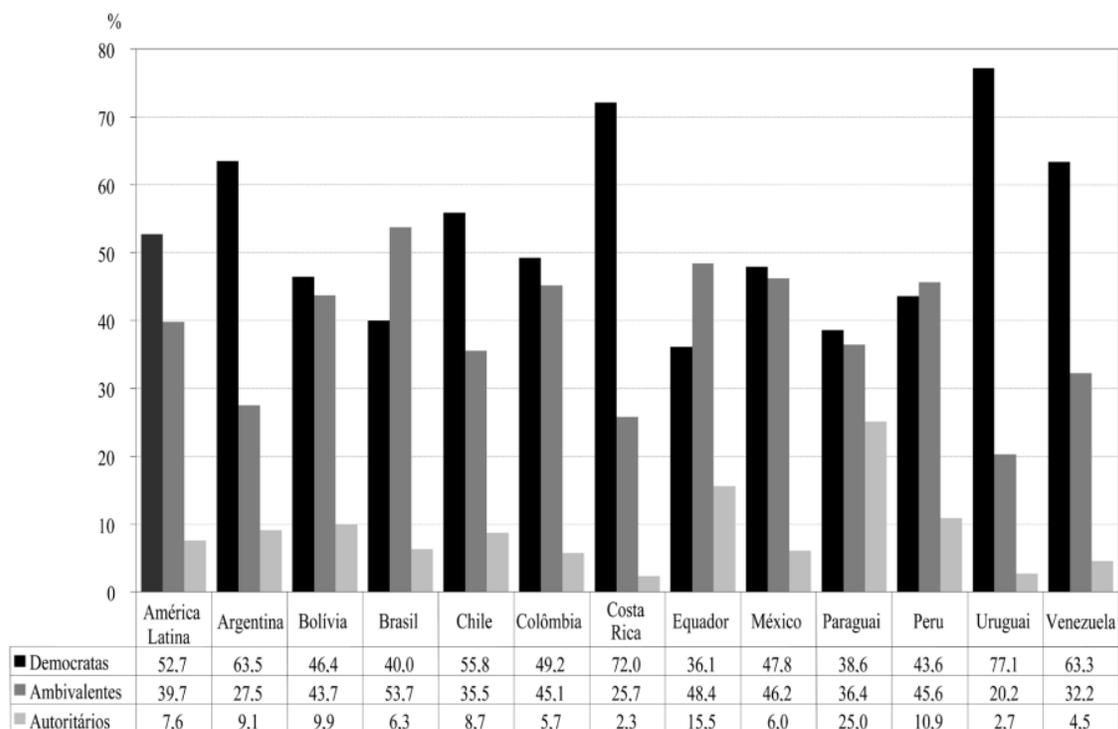
3.3 A sobrevivência dos traços autoritários

Para além da qualidade da democracia e a influência da cultura política na sua adesão, o autor também vai testar a sobrevivência de traços autoritários nas sociedades com contextos democráticos recentes e como eles influenciam na adesão ao regime democrático.

O autor mostra um cenário de democratização na América Latina, continente no qual muitos países têm históricos de regimes autoritários que interromperam a democracia. Além disso, ele mostra como, neste contexto, a expectativa é de que traços autoritários sobreviventes influenciem as convicções sobre o papel das lideranças políticas e a relação dos cidadãos com governos, partidos e parlamentos.

Assim, a análise mostrou que a América Latina tem uma considerável quantidade de indivíduos ambivalentes - como mostra o gráfico a seguir - ou seja, que não estão completamente seguros em escolher a democracia como única opção. Essa ambivalência está relacionada a atitudes não-democráticas, indicando que as incertezas na escolha de regimes políticos fortalecem atitudes que dificultam ou bloqueiam a aceitação da democracia.

Figura 13 - Tipologia de Atitudes Políticas (América Latina e Países Selecionados: 2002, 2004)

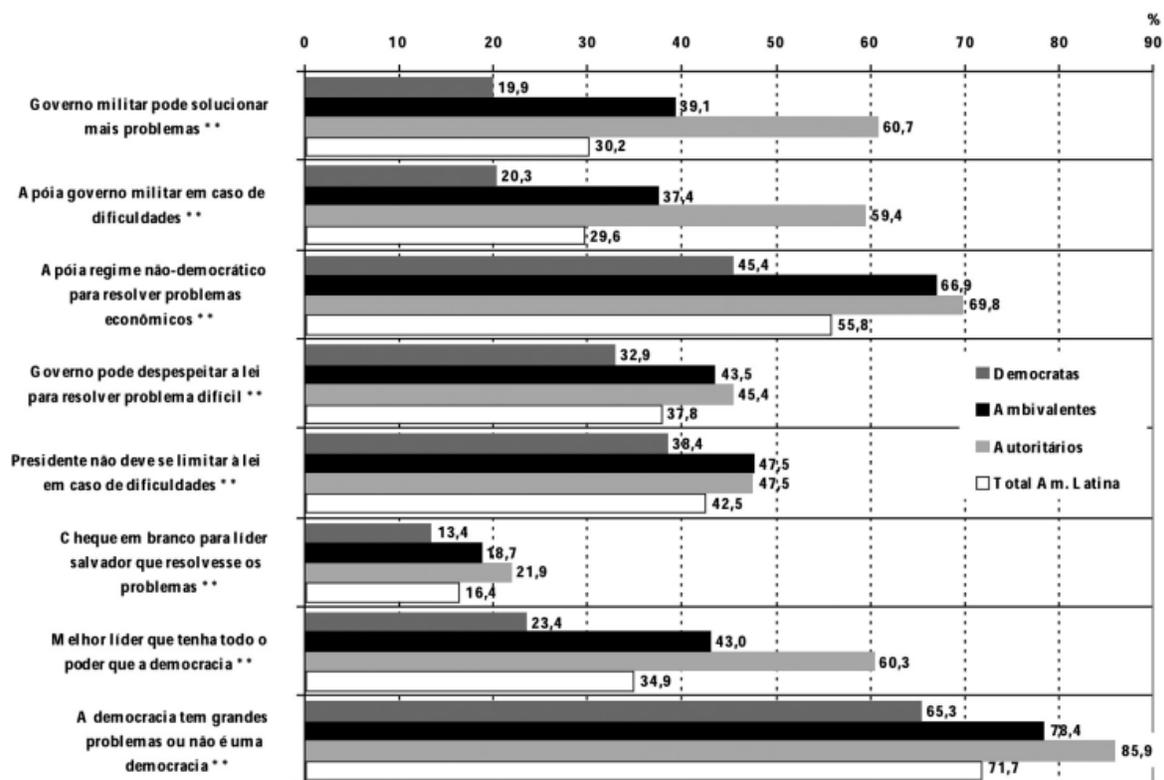


Fonte: Latinobarômetro (2002, 2003, 2004).

No caso específico do Brasil, os dados mostraram que o país tem uma trajetória distinta dos demais países latino-americanos em relação à adesão do público à democracia. Os brasileiros apresentam um alto número de indivíduos ambivalentes, que preferem alternativas não-democráticas, indicando a sobrevivência de traços da cultura política antidemocrática.

Além disso, o autor foca suas análises tanto nos democratistas como nos ambivalentes e autoritários, porém, com ênfase nos segundos, ao contrário do que vimos no capítulo 2 deste trabalho. Sendo assim, é importante analisar o gráfico a seguir, que nos mostra algo já esperado, como um grande número de ambivalentes e autoritários que apoiam que o governo desrespeite as leis para resolver “problemas difíceis”. Porém, é importante notar que, nessa mesma dimensão, 32,9% dos que se dizem democratistas também apoiam esse tipo de ação autoritária dos governos. Isso mostra mais uma vez que não só no presente, mas também em anos passados, a democracia ainda é muito frágil, não só entre os ambivalentes e autoritários, mas também entre os que se consideram democratistas.

Figura 14 - Democratas, Ambivalentes e Autoritários por Atitudes Autoritárias (América Latina : 2002, 2003, 2004)



* $p < 0,01$

Fonte: Latinobarômetro (2002, 2003, 2004).

Da mesma forma que é notável a sobrevivência de traços autoritários na sociedade brasileira, percebe-se como a cultura política também influencia na satisfação e na confiança da população em relação à democracia. A tabela a seguir elucida que mais da metade dos democratas estão insatisfeitos com a democracia e quase $\frac{1}{3}$ destes também desconfiam das instituições democráticas. Conclui-se que essa parcela da população não só adere somente a algumas dimensões da democracia, mas como também, a partir de sua desconfiança e insatisfação, são propensas a alimentar alternativas antidemocráticas.

Figura 15 - Democratas, Ambivalentes e Autoritários por Insatisfação com a Democracia e Desconfiança de Instituições Democráticas (América Latina e Países Seleccionados: 2002, 2003, 2004)

Países	Insatisfação com a democracia							Desconfiança de Instituições Democráticas								
	Dem.		Amb.		Aut.		Total	N	Dem.		Amb.		Aut.		Total	N
A. Latina	59,0	**	75,8	**	84,3	**	67,6	48.054	44,3	**	50,7	**	56,8	**	47,8	46.722
Argentina	66,6	**	83,0	**	92,7	**	73,5	3.319	60,8	**	58,5	**	66,2	**	60,7	3.201
Bolívia	71,9	**	81,6	**	77,8	**	76,7	3.120	60,6		60,1		64,2		60,7	3.027
Brasil	63,1	**	78,4	**	92,9	**	73,2	2.650	33,2	**	37,2	**	48,2	**	36,3	2.634
Chile	43,3	**	77,0	**	89,8	**	59,3	3.136	25,9	**	33,1	**	34,9	**	29,2	3.066
Colômbia	66,7	**	80,7	**	73,4	**	73,3	2.738	34,6	**	42,2	**	44,3	**	38,6	2.671
Costa Rica	32,9	**	54,8	**	72,4	**	39,4	2.611	32,8	*	38,7	*	36,2	*	34,4	2.528
Equador	74,9	**	83,6	**	83,8	**	80,5	3.350	68,0		68,3		71,2		68,6	3.295
México	80,3	**	83,4	**	92,2	**	82,4	3.404	61,7		60,0		58,0		60,7	3.345
Paraguai	84,7	**	90,5	**	98,9	**	90,4	1.723	51,7	**	57,1	**	67,7	**	57,6	1.659
Peru	82,5	**	91,6	**	92,8	**	87,7	3.099	51,6	**	58,8	**	63,3	**	56,2	3.029
Uruguai	48,7	**	60,9	**	79,3	**	51,9	3.276	28,4	*	33,9	*	33,7	*	29,6	3.098
Venezuela	56,3	**	63,6	**	61,5	**	58,9	3.288	44,0		45,8		46,5		44,7	3.158

** p < 0,01; * p<0,05

Fonte: Latinobarômetro (2002, 2003, 2004).

Em resumo, a relação entre as atitudes dos cidadãos e o processo de democratização é complexa e multifacetada, envolvendo tanto fatores culturais quanto institucionais. A cultura política e as instituições políticas têm influência mútua na formação das atitudes dos indivíduos em relação ao regime democrático. No caso da América Latina, a presença de traços autoritários sobreviventes e a ambivalência política são desafios a serem enfrentados no processo de consolidação da democracia.

Considerações Finais

O Brasil tem um regime democrático relativamente recente, porém bastante consolidado e reconhecido, como, por exemplo, por sua Constituição de 1988, que é considerada um exemplo de avanço social. Entretanto, o regime totalitário deixou marcas que afetam até hoje a adesão completa à democracia.

Não existe uma definição única do que é democracia que seja aceita pelos especialistas e cidadãos, inclusive por conta disso o público em geral encontram dificuldades em definir o que é a democracia e porquê optam por ela. Essa dificuldade não se limita a países com grande disparidade social e em desenvolvimento como o Brasil, mas também afeta democracias consolidadas, como os EUA e Reino Unido.

Existe um consenso de que a democracia é a melhor opção para os cidadãos, entretanto, mesmo entre aqueles que se dizem democráticos, conclui-se que ela ainda sim é muito frágil. Dentro os motivos estão alguns citados no capítulo 2 deste texto, como por exemplo o apoio dos democratas a um golpe de Estado em casos de corrupção ou crises econômicas.

O crescente apoio à democracia no Brasil observado nos últimos anos poderia criar a impressão de uma democracia cada vez mais estabelecida, porém, ainda que os dados iniciais de pessoas favoráveis ao sistema democrático sejam promissores, observa-se que os brasileiros não confiam nas instituições da democracia e estão propícios a adotarem ações antidemocráticas.

A legitimidade das ações do Estado depende da credibilidade que os cidadãos dão ao poder das instituições, afinal, se o sistema judiciário não for visto e aceito como o ator competente em aplicar as leis, sua autoridade perante a população será enfraquecida, correndo o risco de causar danos não apenas a essa instituição, mas a toda a estrutura democrática e a suas instituições.

Sendo assim, podemos concluir que a democracia brasileira está ameaçada, uma vez que o país ainda apresenta uma grande parcela de ambivalentes à democracia e nem mesmo os democratas confiam totalmente neste regime. Sendo assim, apesar de parecer estar consolidada no país, a democracia na verdade encontra, ainda, muitos desafios para se estabilizar no Brasil.

Referências Bibliográficas

Almond, G. & Verba, S. (1963), *The civic culture: political attitudes in five Western democracies*. Princeton, **Princeton University Press**.

BRATTON, M. & MATTES, R. (2001). "Support for democracy in Africa: intrinsic or instrumental?" **British Journal of Political Science**, n. 31, p. 447-74.

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. Variedades da Democracia no Brasil. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 23, ed. 1, Abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Rxgp57nncrvKDM3r7dgGwxG/?lang=pt#>. Acesso em: 7 ago. 2023.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

FUKS, Mario *et al.* Qualificando a adesão à democracia:: quão democráticos são os democratas brasileiros?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], Jan-April 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/4gpFcKSDsMVXg9JjHYZw3Cg/?lang=pt#>. Acesso em: 6 ago. 2023.

INGLEHART, R. **Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LATINO BARÓMETRO. Informe 2002. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2002. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____. Informe 2003. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2003. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____. Informe 2004. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2004. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2006. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2006. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2008. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2008. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2010. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2010. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2012. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2012. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2018. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

_____ Informe 2019. Santiago: Corporación Latinobarómetro, 2019. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/latinobarometro.jsp>. Acesso em: 07 ago. 2023.

MENENGUELLO, R. (2006). "Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil, 2002". **Revue Internationale de Sociologie**, v. 16, p. 617-635,.

MISHLER, W. & ROSE, R. (1999). "Five years after the fall: Trajectories of support for democracy in post-communist Europe", em **NORRIS, P. (ed.)**. Critical citizens: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University Press, p. 78-103.

MOISÉS, José Álvaro. CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E DEMOCRACIA: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 23, ed. 66, Fevereiro 2008.

POWER , Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, [s. l.], v. 9, ed. 1, Março 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/op/a/jV6pyLnCYRYwRp4bGwJpZMF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ROSE, R. & SHIN, D. C. (2001), “Democratization and backwards: the problem of Third Wave democracies”. **British Journal of Political Science**, 31 (2): 331-375.